

**FÉ E RAZÃO:  
INTELLECTUS FIDEI E RATIO FIDEI**  
(Faith and Reason: Intellectus Fidei and Ratio Fidei)

**Renato Tarcísio de Moraes Rocha, sdb\***  
Licenciado em Filosofia (USC)  
Licenciado em Pedagogia (UNISAL)  
Bacharel em Ciências Econômicas (UNISO)  
renato.bsp@salesianos.com.br.

**Resumo**

Objetiva-se com este artigo uma breve investigação sobre a relação existente entre Fé e Razão, especificamente no que toca à compreensão do *intellectus fidei* e da *ratio fidei* enquanto desdobramento temático. De acordo com a Carta Encíclica *Fides et Ratio*, a Fé e a Razão se assemelham a duas asas com as quais o espírito humano se eleva à contemplação da verdade. O desejo de conhecimento da verdade e, por conseguinte, de Deus e de si próprio é apontado como uma vocação divina colocada no coração do homem por Deus. Embora as questões de fé possam passar por um tratamento racional, a fé possui a sua inteligência própria, específica não se limitando a esquemas relativos à razão demonstrativa, científica ou discursiva.

**Palavras-chave:** Fé. Razão. Intellectus fidei. Ratio Fidei.

**Abstract**

Objective with this article a brief investigation of the relationship between Faith and Reason, specifically with regard to the understanding of the *intellectus fidei* and the *ratio fidei* as an unfolding theme. According to the encyclical *Fides et Ratio*, Faith and Reason are like two wings on which the human spirit rises to contemplation of truth. The desire to know the truth and therefore of God and of itself is considered as a divine vocation placed in the heart of man by God. While the issues of faith can pass through a rational treatment, faith has its own intelligence, not limited or specific in framing schemes relating to demonstrative reason, scientific or discursive.

**Keywords:** Faith. Reason. The Intellectus Fidei. Ratio Fidei.

## **Introdução**

A Fé e a Razão não são grandezas separáveis. Num primeiro momento a possível cisão pode ser feita com vistas ao entendimento (separar para individuar e melhor compreender) e não com o objetivo de polarização. Também no caso do *intellectus fidei* e da *ratio fidei* a distinção é de cunho metodológico ou didático, pois na maioria das vezes a *ratio fidei* apresenta-se incluída na compreensão do *intellectus fidei*. Essa pertença recíproca e natural pode ser notada, por exemplo, na referida Carta Encíclica *Fides et Ratio*.

Para dar conta desse intento inicial, o trabalho foi metodologicamente dividido em três partes. Na primeira, num movimento de ampliação da idéia de razão, serão abordados os principais tipos de razão ou racionalidades (demonstrativa, científica, discursiva e intuitiva). Tal diferenciação possibilitará, na segunda parte, a subsequente conceituação do *intellectus fidei*. Por último, a partir do *intellectus fidei*, será abordada a *ratio fidei* entendida como o momento em que a fé é feita razão ou razões (razões da fé).

### **1. Racionalidades: razão demonstrativa, científica, discursiva e intuitiva**

O homem através da fala exprime-se ao mundo e ao mesmo tempo traz esse mundo à fala, falando desse mundo. Ao trazer o mundo à fala, o homem sai de uma situação de passividade, adquirindo uma postura ativa, de manipulação, de experimentação e domínio, o que, dito de outra forma, corresponde ao próprio projeto científico. O homem, nessa sua intervenção, quer desvelar os fenômenos que se lhe apresentam, quer compreendê-los de forma organizada, metodologicamente, racionalmente. Para essa tarefa parte inicialmente de pressupostos ou axiomas, de modo que toda análise indutiva e dedutiva, emanada de tais axiomas, possuam um caráter de julgamento de validade, ou ainda, de conformação entre as hipóteses explicativas e a realidade.

O grande problema reside no desenvolvimento do projeto científico desde os seus primórdios na modernidade até a atualidade, chamada por muitos de pós-modernidade. Esse desenvolvimento foi estigmatizado pela razão instrumental enquanto norteadora do sentido da existência humana, ou ainda, a racionalidade científica configurou-se como um alicerce referencial para as condutas humanas. A vida humana, em todas as suas dimensões, passa por um cientificismo, cujos problemas se transformam em questões de ordem técnica. Essa mudança de rumo da razão é analisada por Oliveira da seguinte maneira:

*Confrontamo-nos, hoje, com o fenômeno da redução da significação da razão na vida humana: ao invés de uma razão abrangente, que levanta as questões fundamentais do sentido da existência humana e, assim, conseqüentemente, a questão da própria razão e da liberdade, a razão se compreende em si mesma como apenas a instância de dominação dos fenômenos. A razão utilitarista, instrumental, atrofiou a razão emancipatória. Perde-se, sempre mais, a concepção, ardentemente defendida pelo iluminismo, da razão como instrumento de libertação da humanidade e, assim, se esvai a possibilidade de os homens se assumirem como sujeitos da própria história.<sup>1</sup>*

Para a razão moderna existem basicamente duas formas ou funções para a razão. A razão pode ser *demonstrativa* ou *apodítica* e *científica*. No primeiro caso a razão trabalha com argumentos necessários ou constrangedores. No caso da razão científica, associada ao atual campo das ciências empírico-formais, cabe-lhe a combinação de experimentos e cálculos expressos em proposições descritivas ou lógicas. Segundo o racionalismo moderno tudo aquilo que se sobrepõe à razão lógica ou empírico-formal pertence à ordem do irracional, arbitrário, sentimental ou fantasioso. O racional requer necessariamente o científico, relaciona-se a ele.<sup>2</sup> Sobre o cientificismo afirma a Carta Encíclica *Fides et Ratio* de João Paulo II:

*Essa concepção filosófica recusa-se a admitir, como válidas, formas de conhecimento distintas daquelas que são próprias das ciências positivas, relegando para o âmbito da pura imaginação tanto o conhecimento religioso e teológico, como o saber ético e estético. No passado, a mesma idéia aparecia expressa no positivismo e no neopositivismo, que consideravam destituídas de sentido as afirmações de caráter metafísico.*

*A crítica epistemológica desacreditou essa posição; mas, vemo-las agora renascer sob novas vestes do cientificismo. Na sua perspectiva, os valores são reduzidos a simples produtos da emotividade, e a noção de ser é posta de lado para dar lugar ao fato puro e simples. A ciência prepara-se assim para dominar todos os aspectos da existência humana, por meio do progresso tecnológico. Os sucessos inegáveis no âmbito da pesquisa científica e da tecnologia contemporânea contribuíram para a difusão da mentalidade cientificista, que parece não conhecer fronteiras, quando vemos como penetrou nas diversas culturas as mudanças radicais que aí provocou. Infelizmente, deve-se constatar que o cientificismo considera tudo o que se refere à questão do sentido da vida como fazendo parte do domínio do irracional ou da fantasia.<sup>3</sup>*

Historicamente são inegáveis os acontecimentos tétricos e funestos que marcaram profundamente o século XX, como as guerras mundiais, os campos de concentração e a ameaça de aniquilação nuclear, muito bem estampada na experiência dramática de Hiroshima e Nagasaki.<sup>4</sup> Estes são alguns exemplos da metade do século XX que colocam em evidência a rediscussão da existência humana, do sentido da vida, das suas razões, bem como do fracasso das ideologias dominantes destinadas à explicação ou representação dos fenômenos da realidade. Cai por terra a figura do homem que domina a natureza, submetendo-a aos seus fins; que domina, explica e controla todas as situações imagináveis em nome da autonomia, da emancipação e da liberdade humana. Emerge a fraqueza, a pequenez, cujas limitações, daí oriundas, não acachapam definitivamente as potencialidades humanas, mas colocam em xeque a figura do *super-homem*.<sup>5</sup>

Num movimento de ampliação da idéia de razão, para além do puro racionalismo, duas outras razões podem ser consideradas: a *razão discursiva* e a *razão intuitiva* (*noûs* para os gregos e *intellectus* para os latinos). A *razão discursiva* ampara-se em várias razões para se explicar, isto é, ela não se baseia somente em argumentos necessários ou em proposições descritivas ou lógicas, como ocorre com a razão demonstrativa e a razão científica.

Compreende argumentos, raciocínios, provas de diversos tipos, sejam *necessitantes* (razões necessárias ou silogísticas) ou *convenienciais* (podem prescindir duma argumentação necessária<sup>6</sup>). A razão discursiva também pode ser chamada de razão crítica, haja vista passar tudo em revista com o intuito de encontrar as razões e o sentido das coisas. Relaciona-se a esse tipo de razão a razão hermenêutica, na medida em que visa desvelar o sentido ou a intenção subjacente a toda ação humana. Diferentemente da razão científica (nomológica) forte, *provante* e analítica no tocante aos fenômenos, cujo saber baseia-se nas causas eficientes e materiais, a razão hermenêutica liga-se a um saber oriundo das causas finais e formais. *Para a hermenêutica, toda verdade se dá num contexto histórico e toda leitura de sentido é releitura em base à própria situação histórica. Aqui a função da razão é acolher o sentido que se desvela, a história funcionando como texto ou contexto.*<sup>7</sup>

A *razão intuitiva* diz respeito à percepção, intuição, apreensão, ausculta e acolhida da realidade, do ser. Essa postura contemplativa provoca um conhecimento supraconsciente, supraconceitual e atemático, pois o *intellectus* conecta-se a um saber imediato da Verdade, Verdade que se desvela ao mesmo. O *intellectus* não está voltado para o domínio conceitual, para a explicação, apreensão ou posse, mas para a abertura, para o consentimento e recolhimento do ser das coisas. *Assim, o intellectus é o princípio primordial e fundamental do próprio pensar. É o pensamento pensante, origem do pensamento pensado (ratio). Em outros termos, é a 'razão constituinte' à diferença da 'razão constituída'.*<sup>8</sup> Ao contrário do racionalismo moderno, o Ser não é objetivado pelo pensamento instrumental, cientificista ou aprisionador. Versar sobre razão intuitiva (*noûs* ou *intellectus*) é versar sobre a Razão independente de razões, sobre a Razão geradora de razões, as quais, desprendendo-se de seu fundamento, não se comparam à experiência originária ou intuitiva. A razão intuitiva é a base sobre a qual se levanta a conceituação e o entendimento do *intellectus fidei*, ou seja, da inteligência própria da fé.

## 2. *Intellectus fidei*

O *intellectus fidei* é o *intellectus* em operação no campo da fé, demarcando a evidência, a luz e a inteligência específicas da fé. Trata-se, numa visão ampla, duma Razão com abertura infinita à realidade, ao Ser. O *intellectus fidei* relaciona-se diretamente ao Logos de Deus que, existindo desde o princípio e com o seu poder criador, atribui às coisas a verdade ontológica. Essa verdade é acessível ou compreensível ao logos humano, ao logos hermenêutico enquanto experiência humana anterior ao logos proposicional. O *intellectus* encontra a sua potência máxima de ausculta, de abertura, de consentimento, de acolhimento ou recolhimento no campo de verdade relativo à fé. Na realidade, a fé é o campo em que a Verdade mesma, Deus, se manifesta, se Revela. Na Carta Encíclica *Fides et Ratio* a Revelação da sabedoria de Deus é comentada do seguinte modo:

*Na base de toda a reflexão feita pela Igreja, está a consciência de ser depositária duma mensagem, que tem a sua origem no próprio Deus. O conhecimento que ela propõe ao homem não provém de uma reflexão sua, nem sequer da mais alta, mas de ter acolhido na fé a palavra de Deus. Na origem do nosso ser crente existe um encontro, único no seu gênero, que assinala a abertura de um mistério escondido durante tantos séculos, mas agora revelado [...]. Trata-se de uma iniciativa completamente gratuita, que parte de Deus e vem ao encontro da humanidade para salvar. Enquanto fonte de amor, Deus deseja dar-se a conhecer, e o conhecimento que o homem adquire dele leva à plenitude qualquer outro conhecimento verdadeiro que a sua mente seja capaz de alcançar sobre o sentido da própria existência.<sup>9</sup>*

A Revelação envolve verdades acessíveis à razão humana ou ao conhecimento natural, mas deixadas a cargo somente da razão natural, possivelmente não seriam descobertas. Urge o pensar originário do *intellectus*, da inteligência para o acolhimento da Verdade manifestada no Evento histórico. Essas verdades universais e permanentes podem ser expressas por intermédio de raciocínios, desdobrando-se o *intellectus* em *rationes* analítico-especulativas e num sistema conceitual. Esse sistema conceitual sempre estará relacionado vitalmente à experiência fundamental da Revelação, intuída, acolhida e entendida pelo *intellectus*.

Dessa forma, as palavras constituintes desse *discurso religioso*, antes duma sistematização de cunho racional, assumem a forma do oráculo, da palavra de autoridade, da doutrina serena.<sup>10</sup> O desdobramento do *intellectus* em *rationes* está diretamente ligado ao trabalho teológico que se desenvolve a partir da perspectiva do Evento Revelação. *O teólogo recorde-se de que o seu trabalho corresponde 'ao dinamismo interior do próprio da fé' e que o objeto específico da sua indagação é 'a Verdade, o Deus vivo e o seu desígnio de salvação revelado em Jesus Cristo'*.<sup>11</sup> A teologia, tomada como ciência, parte da fé revelada, dum saber transcendente dado, dum princípio objetivo específico, a Revelação. O escopo primordial do saber teológico é a apresentação dessa Revelação e do conteúdo da fé.<sup>12</sup>

### 3. *Ratio fidei*

A *ratio fidei* nasce diretamente do *intellectus fidei*, correspondendo ao momento em que a fé se faz razão ou razões, ou ainda, teologia. Estabelece-se, desse modo, a distinção entre a fé, com a sua inteligibilidade própria ou originária, e a razão da fé, com as suas razões teológicas específicas. Numa relação de reciprocidade, dum lado coloca-se o *intellectus fidei* (a inteligência da fé) e, de outro, a *ratio fidei* (a racionalidade da teologia). Assim como é possível distinguir inteligência e razão, também é possível distinguir fé e teologia, fé e razão, mesmo que tal distinção não implique uma desconexão sistemática entre as duas grandezas. A teologia, enquanto saber arrimado sobre a análise crítica e metódica das verdades da fé, é dependente da fé, se acrescenta à fé, é um desdobramento da fé, embora epistemologicamente possua a sua autonomia discursiva.<sup>13</sup> Na Carta Encíclica *Fides et Ratio*, a relação entre a fé e a razão da fé é explicitada da seguinte forma:

*[...] a teologia fundamental deverá manifestar a compatibilidade intrínseca entre a fé e a sua exigência essencial de se explicitar por meio de uma razão capaz de dar com plena liberdade o seu consentimento. Assim, a fé saberá 'mostrar plenamente o caminho a uma razão em busca sincera da verdade. Desse modo a fé, dom de Deus, apesar de não se basear na razão, certamente não pode existir sem ela; ao mesmo tempo, surge a necessidade de que a razão se fortifique na fé, para descobrir os horizontes aos quais, sozinha, não poderia chegar'*.<sup>14</sup>

A razão está a serviço da fé, uma vez que a fé está para a *Razão divina* e não pode ser açambarcada ou submetida pela razão humana em sua inteireza. A fé não é somente questionada pela razão, mas também questiona, incorpora e mede a razão humana a partir duma Razão superior. [...] *a razão possui o seu espaço peculiar que lhe permite investigar e compreender, sem ser limitada por nada mais que a sua finitude ante o mistério infinito de Deus.*<sup>15</sup> Nessa altura, poder-se-ia questionar se a fé é ou não racional. A fé num primeiro momento caracteriza-se por ser transracional, isto é, situa-se para além da capacidade racional humana. No entanto, a razão, mesmo numa ordem inferior (não num sentido valorativo ou moral, mas no sentido de dimensão organizativa), pode elaborar uma base racional ou argumentativa relativa às verdades da fé. Mas que tipo de razão ou razões faz uso a *ratio* teológica?

A *ratio* teológica não se apóia em razões demonstrativas, apodíticas ou científicas, conformadas ao modelo empírico-formal; a fé não é condizente com provas experimentais ou ditas científicas. A *ratio fidei* erige-se sobre razões adequadas ou proporcionadas ao objeto da investigação teológica, isto é, o Mistério revelado; tal Mistério transcende qualquer tipo de racionalidade coagente, constrangedora ou irrefutável. A racionalidade teológica se concentra na fé, buscando esclarecer os seus mistérios a partir de dentro, a partir duma dotação de sentido originária, já existente. A teologia não cria sistemas explicativos ou hipotéticos externos para uma aplicação subsequente ao Mistério, mas parte da estrutura interna do próprio Mistério para a sua elaboração teórica, evidenciando onexo existente entre o mundo da fé e o mundo natural. Entretanto, do ponto de vista analítico, dos Mistérios divinos podem emanar, não necessária ou exclusivamente, conclusões necessárias, apodíticas ou demonstrativas, ou ainda, aquelas relativas às razões necessárias ou silogísticas.

Embora não seja a mais importante quando comparada a racionalidade de conveniência ou persuasiva, a racionalidade demonstrativa ou *necessitante* é uma forma de racionalidade teológica, caracterizada, como mencionado, por argumentos necessários na consideração das questões concernentes à natureza interna das verdades da fé. O comentário de João Paulo II sobre o papel da razão ante os conteúdos da fé atrela-se ao próprio papel da *ratio* teológica:

*Segundo o santo Arcebispo de Cantuária, a prioridade da fé não faz concorrência à investigação própria da razão. De fato, esta não é chamada a exprimir um juízo sobre os conteúdos da fé; seria incapaz disso, porque não é idônea. A sua tarefa é, antes, saber encontrar um sentido, descobrir razões que a todos permitam alcançar algum entendimento dos conteúdos da fé. Santo Anselmo sublinha o fato de que o intelecto deve pôr-se à procura daquilo que ama: quanto mais ama, mais deseja conhecer. Quem vive para a verdade tende para uma forma de conhecimento que se inflama num amor sempre maior por aquilo que conhece [...].<sup>16</sup>*

Se o *intellectus fidei* relaciona-se diretamente ao Logos de Deus, da parte do logos humano, por intermédio da *ratio* teológica, três palavras relativas a Deus são possíveis: a palavra da Fé, a palavra da Sabedoria e a palavra da Ciência. A *palavra da Fé* é a palavra enquanto proclamação e profissão, como a que se encontra na Bíblia, no Credo ou nos Dogmas. A *palavra da Sabedoria* corresponde ao discurso teológico na sua forma meditativa, sapiencial, observada na teologia dos padres ou patrística. A *palavra da Ciência* corresponde ao discurso teológico que busca as razões da fé, redundando na *ratio fidei*. Trata-se da teologia de caráter sistemático, científica, correspondente ao período da Escolástica. A distinção entre a teologia científica e as não científicas (como a teologia patrística e as teologias pastorais e populares) não implica detrimento das últimas em relação à primeira.<sup>17</sup> Por fim, cumpre relevar que o logos hermenêutico (a hermenêutica aplicada à teologia) realiza-se basicamente de duas maneiras: num sentido mais estrito e num sentido mais amplo. No primeiro caso a teologia como hermenêutica trabalha os textos da tradição da fé (Bíblia, Padres, Magistério etc.), perscrutando a verdade absoluta dos oráculos proféticos mediadores da Revelação.

O seu esforço volta-se para a interpretação correta da Palavra de Deus. No sentido mais amplo (*lato sensu*) a teologia como hermenêutica interpreta sempre de novo a Tradição viva da fé ao longo dos tempos, haja vista a história ser o lugar teológico onde a Revelação da Verdade divina se manifesta por intermédio dos eventos. A respeito da historicidade da teologia, afirma Chappin:

*A Igreja ensina que a revelação se encerra com a morte do último apóstolo, uma vez que, em Jesus Cristo, Deus expressou a si mesmo de forma completa e não pode haver posteriores revelações. Entretanto, a historicidade do homem faz com que o evento da revelação não possa ser apreendido de uma vez por todas em sua totalidade; ele sempre é percebido de uma maneira perspectiva segundo as limitações da situação cultural em que o evangelho é pregado, ou seja, a revelação é sempre encarnada em alguma forma histórica. Portanto, é preciso uma reflexão continuada, que já se fez presente e que ainda continua presente; esta por sua vez, tem sua própria história e se expressa, sobretudo em textos precisamente datáveis.*<sup>18</sup>

Nessa interpretação do texto concreto da história (história vista como História da Salvação e história de graça) a teologia não possui um papel mediador (no sentido estrito), mas configura-se inteiramente como hermenêutica, pois almeja, assim como as outras ciências hermenêuticas, o máximo de inteligibilidade dos textos a serem interpretados por meio de sistemas de significação (saturação do campo específico de leitura). No entanto, na linguagem teológica o termo *hermenêutica* reserva-se ao seu uso técnico e estrito (*stricto sensu*), para o momento interpretativo dos grandes textos da teologia. Já para a interpretação da grande Tradição da fé e da sua manifestação sempre histórica (*lato sensu*) é reservado o termo *teologia* ou *razão teológica*.<sup>19</sup>

### **Considerações finais**

A fé e a razão não são grandezas contraditórias, pois como afirma Tomás de Aquino, tanto a luz da razão quanto a luz da fé provêm de Deus. Se houvesse contradição o próprio Deus, compreendido como Razão criadora, também seria contraditório. A polarização para além do esforço investigativo de individuar para melhor compreender, diz respeito justamente aos extravios do projeto emancipacionista das ciências modernas, estigmatizado pela razão instrumental e cientificista. O racionalismo empírico-formal ou científico tomado como único modelo possível de razão leva inevitavelmente à pseudo-separação entre fé e razão.

A fé possui a sua luz, evidência ou inteligência específica, a qual não se limita exclusivamente à razão demonstrativa, científica ou discursiva. A razão ínsita ao *intellectus fidei* é a Razão sem razões, a razão intuitiva, fundamento gerador de razões. Embora a distinção entre *intellectus fidei* e *ratio fidei* seja de cunho pedagógico-didático, é interessante observar e entender a relação de reciprocidade existente, o nascimento da *ratio fidei* a partir do *intellectus fidei* e, por conseguinte, da própria teologia. Através do trabalho teológico (*ratio teológica*), a partir da estrutura interna das verdades da fé, surgem as razões da fé, a *ratio fidei*. Essas razões auxiliam na comunicação e no entendimento das verdades da fé, embora o Mistério revelado não se esgote com o trabalho teológico. Talvez nesse ponto resida o que há de mais belo na *teologia-ciência*: a sua dinamicidade enraizada na sede inquietante da inteligência humana pelas questões da fé que não admitem respostas fixas, mas sim uma atualização constante e renovadora.

## Referências

BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAPPIN, Marcel. *Introdução à história da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1999.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*: texto conclusivo da V conferência geral do episcopado latino-americano e do Caribe. São Paulo: Paulus, 2007.

DAMAS, Luiz Antonio Hunold de Oliveira. *O desafio de educar na pós-modernidade: discutindo o Sistema Preventivo*. Revista de Ciências da Educação. São Paulo: Centro Universitário de São Paulo, Vol. 1, n. 1, 1999.

JOÃO PAULO II. *Carta encíclica fides et ratio*. São Paulo: Paulinas, 1998.

OLIVEIRA, Manfredo Araujo de. *Ética e economia*. São Paulo: Ática, 1995.

## Notas

\* Religioso Salesiano, bacharel em Ciências Econômicas pela UNISO (Universidade de Sorocaba), licenciado em Filosofia pela USC (Universidade Sagrado Coração), licenciado em Pedagogia pelo UNISAL e bacharelado em Teologia pelo Centro Salesiano de São Paulo (UNISAL). E-mail: renato.bsp@salesianos.com.br.

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Manfredo Araujo de. *Ética e economia*, p. 23.

<sup>2</sup> Cf. BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*, p. 62.

<sup>3</sup> JOÃO PAULO II. *Carta encíclica fides et ratio*, p. 118.

<sup>4</sup> Cf. DAMAS, Luiz Antonio Hunold de Oliveira. *O desafio de educar na pós-modernidade*, p. 20.

<sup>5</sup> Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*, p. 35.

<sup>6</sup> Associadas ao campo teológico, as razões “convenienciais” podem ser assim entendidas: “As razões de conveniência se contrapõem às necessárias. Se admitem alguma necessidade, é apenas no sentido da necessidade moral (razões exigidas pela boa ordem do plano amoroso de Deus), não da necessidade metafísica (razões exigidas pela ordem natural das coisas)”. BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*, p. 82.

<sup>7</sup> BOFF, op. cit., p. 86.

<sup>8</sup> Ibid., p. 65.

<sup>9</sup> JOÃO PAULO II. *Carta encíclica fides et ratio*, p. 15.

<sup>10</sup> Cf. BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*, p. 69.

<sup>11</sup> JOÃO PAULO II, op. cit., p. 123.

<sup>12</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Carta encíclica fides et ratio*, p. 124.

<sup>13</sup> Cf. BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*, pp. 67.71-72.93.

<sup>14</sup> JOÃO PAULO II, op. cit, p. 91.

<sup>15</sup> Ibid., p. 23.

<sup>16</sup> JOÃO PAULO II. *Carta encíclica fides et ratio*, p. 59.

<sup>17</sup> Cf. BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*, p. 73.89.610.

<sup>18</sup> CHAPPIN, Marcel. *Introdução à história da Igreja*, p. 29.

<sup>19</sup> Cf. BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*, pp. 87-89.